

Fundo: Câmara Municipal de Évora

Secção: Educação

1. Descrição ao nível da Série

1.1 – IDENTIFICAÇÃO

- Código de Referência

PT/AMEVR/CME/Q

- Título

Educação

- Data

1828-2015

- Nível da Descrição

Série (Sr)

- Dimensão e suporte

1340 u.i (18 lvs. + 1250 Cxs.+ 66 Pts. + 6 Brochuras); 120 m.l; papel

1.2 – CONTEXTO

- Produtor

Câmara Municipal de Évora

- História Administrativa

O poder das autarquias variou muito ao longo da história, em relação à educação, tendo passado por momentos de maior ou menor descentralização.

Inicialmente o ensino era ministrado nos mosteiros, no entanto, a Constituição, que saiu da Revolução Liberal de 1820, veio expressar o problema do ensino, atribuindo às Câmaras- Cap. II, artº 223, nº IV, a missão de “*cuidar das escolas de primeiras letras, e de outros estabelecimentos de educação*”.

O Regulamento Geral da Instrução Primária” que, em 1835, funde a primeira grande reforma do regime constitucional, estipula no Título I, artº 2 que a “*instrução será administrada gratuitamente a todos os cidadãos em escolas públicas... estabelecidas pelo Governo, Câmaras Municipais ou pelas Juntas de Parochia*. Igualmente no título II, parágrafo 3 “*...o estabelecimento, manutenção e conservação de todas as mais*

escolas do Reino, foi deixado a “cargo das respetivas municipalidades ou Juntas de Parochia a que pertencerem, que poderão conservar ou despedir os atuais professores e nomear outros...”

No entanto, a reforma de 1835, não entrou em vigor e até meados do século XIX pode dizer-se que a escola foi a própria casa do mestre. No ano letivo de 1863-1864, aquando da inspeção extraordinária realizada às escolas primárias, metade dos professores do ensino público ainda dava aulas na sua habitação.

Em 1866, segundo a Portaria de 20 de julho, estabeleceram-se então as condições que deviam ser tidas em atenção na construção das casas de escola. Começa por referir-se que a localização da escola devia ser saudável, central, de fácil acesso, desviada das estradas de muito movimento, afastada de estabelecimentos incómodos ou perigosos, quer à saúde quer à moral dos alunos. Para além da área ocupada pela escola deveria ser também contemplada a habitação do professor, que ficava sem o encargo de uma renda, prendendo-se mais à escola e ao ensino.

A escola devia ter uma sala de aula, com uma pequena sala contígua e um vestíbulo. Se a escola fosse destinada ao ensino dos dois sexos, o número de vestíbulos aumentava para dois. A superfície da sala de aula dependia do número de alunos, do método utilizado e ainda da mobília a adotar. Contudo, a superfície não devia ser inferior a 1 metro quadrado, nem superior a 1,90 m² por cada aluno.

A Lei de 2 de maio de 1878, determina, finalmente, a instrução primária obrigatória desde a idade de seis anos até aos doze e incumbe às Câmaras a tarefa de promover cursos noturnos e dominicais para adultos.

Para evitar fugas à lei, o governo aumentou a inspeção e ordenou aos governadores civis que não proovessem escola alguma, das criadas depois de maio de 1878, sem que, por inspeção, realizada pelo inspetor ou sub-inspetor do círculo escolar respetivo, facultativo do partido municipal e do pároco da freguesia a que pertencesse a escola, se verificasse que o edifício e utensílios da escola reuniam, as condições indicadas na relação contida na Portaria de 7 de julho de 1871 bem como habitação condigna para o professor. Em relação às escolas já existentes antes da lei de 2-5-1878 e de 11-6-1880, instaladas em casa própria, arrendada ou oferecida por particulares, deviam as câmaras, quando estas escolas vagassem, proceder analogamente. Implicavam-se assim estes organismos no âmbito da administração jurídico-económica, continuando a dimensão técnica na mão do estado.

O Decreto de 6 de maio de 1892 volta a colocar nas mãos do governo a administração da escola primária. Este diploma dá especial atenção ao edifício da escola primária, pelo que promove um concurso para apresentação de projetos. O arquiteto Adães Bermudes vê o seu projeto aprovado e premiado, em 1900, com a Medalha de Ouro da Secção de Arquitetura Escolar, na Exposição Universal de Paris. Em todo o País foi, então, planeada, segundo o modelo do arquiteto Adães Bermudes, a construção de quase duas centenas de edifícios, com capital do estado, donativos, materiais, transportes, trabalho braçal, etc.

Com o final do século XIX e princípio do século XX a problemática dos edifícios escolares ganha espaço e é matéria de reflexão e discussão em jornais e revistas pedagógicas, no parlamento e especialmente nos meios republicanos. O País, com exceção das escolas Conde Ferreira¹, estava desprovido de edifícios escolares.

Após a proclamação da República, a 5 de outubro de 1910, preocupados com a decadência do sistema escolar português e as elevadas taxas de analfabetismo -cerca de 70% da população-, os primeiros governos da República iniciaram a publicação de grandes reformas para os diferentes graus de ensino.

A reforma do ensino primário, datada de 1911, engloba o ensino infantil e o ensino normal primário e João de Barros e João de Deus, este último autor da “cartilha maternal”, utilizada até aos anos 30, como método de ensinar a ler, foram os seus grandes mentores. Foi igualmente fundado o ensino infantil particular, com a criação dos primeiros “Jardins Escola”, com métodos pedagógicos inovadores e onde as primeiras noções de liberdade, civismo e solidariedade eram ministradas.

Em 1941, os ventos fortes que se fizeram sentir, quando do ciclone ocorrido em Portugal, provocando pesados danos nas escolas e arrancando milhares de árvores, instigaram à criação de dezenas de escolas segundo o Plano dos Centenários, as quais se multiplicaram até aos anos sessenta do século XX.

No período que se seguiu ao 25 de abril, e depois de homologada a 1ª Constituição da República em 1976, desenvolveram-se as primeiras grandes mudanças do poder autárquico, principalmente a nível da administração local.

Na década de 80 registaram-se alterações legislativas significativas, especialmente no que diz respeito à transferência de competências do poder central para as autarquias. No entanto, no que respeita à educação, as responsabilidades foram delegadas

¹ Em 1866, Conde Ferreira fez um legado de 144 000\$000 reis, para construção de 120 escolas primárias em todo o País.

gradualmente. No ano de 1984, o Decreto-Lei nº 77, de 8 de março, refere ser da competência dos municípios a realização de investimentos públicos nos domínios da educação e ensino (Cap. II, secção I, artº 8, alínea e), dos centros de educação pré-escolar (Cap. II, secção I, artº 8, nº1) , dos transportes escolares (Cap. II, secção I, artº 8, nº4) e de “*Outras atividades complementares da ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico, designadamente nos domínios da acção social escolar e da ocupação de tempos livres*” (Cap. II, secção I, artº 8, nº5)

A publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (14-10-1986), constituiu, o sustentáculo para a reforma, o desenvolvimento e a solidez da educação em Portugal, assim como a descentralização de competências do Ministério da Educação, para as autarquias e estabelecimentos de ensino.

A década de 90 descreveu-se por um período de definição das orientações políticas educativas autárquicas, apostando os municípios na melhoria das condições físicas, logísticas e humanas enquanto suporte do desenvolvimento de uma política educativa local.

Desde 2004, a área da Educação, na Câmara Municipal de Évora, passou pela DEAS, Divisão de Educação e Ação Social, pelo DISE, Departamento de Intervenção Social e Educação e atualmente encontra-se inserida na DEIS, Divisão de Educação e Intervenção Social, com competências na área da educação e da intervenção social.

A documentação aqui descrita demarca-se entre o século XIX e o séc. XXI e através da sua organização conseguimos perceber como a autarquia eborense assumiu e geriu a área da educação no Concelho de Évora num tão longo período temporal.

1.3 – CONTEÚDO E ESTRUTURA

- Âmbito e Conteúdo

Esta secção integra documentação relativa ao ensino, educação e ação social no Concelho de Évora.

Quadro de classificação

Sc: Q/ **Educação**

Sr: A/ Correspondência

Ssr: 001 Expedida

Ssr: 002 Recebida

Sr: B/ Informações

Sr: C/Evolução do Sistema Educativo

Sr: D/ Transportes Escolares

Sr: E/ Projetos

Sr: F/ Ação Social

Ssr: 001 – Idosos

Ssr: 002 – Apoios Económicos

Ssr: 003 – Sindicalismo

Ssr: 004 – Saúde

Ssr: 005 – Toxicodependência

Ssr: 006 – Reinserção Social

Ssr: 007 – Voluntariado

Ssr: 008 – Agentes Sociais

Ssr: 009 – Menores

Ssr: 010 – Habitação

Ssr: 011 – Freguesias

Ssr: 012 – Deficiência

Sr: G/ Atividades Culturais e Recreativas

Sr: H/ Rede Sociais

Sr: I/ Ensino Pré-Escolar

Sr: J/ Ensino Básico e Secundário

Ssr:001 - Alunos

Ssr:002 - Professorado

Ssr: 003 - Exames

Ssr: 004 – Bolsas de estudo

Ssr: 005 – Cantinas escolares

Ssr: 006 – Agrupamentos

Ssr: 007 – Conservação e fiscalização de escolas

Ssr: 008 – Desporto Escolar

Sr: L/ Ensino Superior

Sr: M/ Ensino Profissional e Artístico

Sr: N/ Associações

Sr: O/ Comissão Municipal da Juventude

Sr: P/ Solidariedade

Descrição Documental

(Sc)

PT/AMEVR/CME/Q

Título

Educação

Data de Produção

1828-2015

Dimensão

1340 u.i (18 lvs. + 1250 Cxs.+ 66 Pts. + 6 Brochuras); 120 m.l; papel

Âmbito e conteúdo

Esta secção integra documentação relativa ao ensino, educação e ação social no Concelho de Évora.

(Sr)

PT/AMEVR/CME/Q/A

Título

Correspondência

Data de produção

1883-2008

Dimensão

4 lvs.

3 Cxs.

Âmbito e conteúdo

Esta série engloba correspondência recebida e expedida pela edilidade eborense sobre o tema em causa.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/A/01

Título

Correspondência Expedida

Data de produção

1883-1892

Dimensão

4 Lvs.

1 Cx.

Âmbito e conteúdo

Esta subsérie documental é formada por correspondência expedida pela edilidade eborense sobre educação, ensino, ação social, apoios e outros.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/A/02

Título

Correspondência Recebida

Data de produção

1981-1985

Dimensão

2 Cxs.

Âmbito e conteúdo

Esta subsérie documental é formada por correspondência recebida pela autarquia, sobre o tema educação, ensino, ação social, etc

(Sr)

PT/AMEVR/CME/Q/B

Título

Informações

Data de produção

1987-2008

Dimensão

9 Cxs.

Âmbito e conteúdo

Esta série documental é formada por documentação interna trocada entre diferentes Serviços autárquicos.

(Sr)

PT/AMEVR/CME/Q/C

Título

Evolução do Sistema Educativo

Data de produção

1901-2007

Dimensão

4 lvs.

60 Cxs.

Âmbito e conteúdo

Esta série documental é formada por documentação relacionada com Reformas, Carta Educativa e outros Regulamentos.

(Sr)

PT/AMEVR/CME/Q/D

Título

Transportes Escolares

Data de produção

1984-2014

Dimensão

53 Cxs.

10 Pts.

Âmbito e conteúdo

Esta série documental é formada por documentação relacionada com transportes solicitados e disponibilizados pela autarquia a diferentes agentes para transporte de crianças à escola, natação, e outras atividades.

(Sr)

PT/AMEVR/CME/Q/E

Título

Projetos

Data de produção

1996-2014

Dimensão

170 Cxs.

7 Pts.

1 Brochura

Âmbito e conteúdo

Esta série documental é formada por uma coleção de diferentes projetos educativos realizados pela autarquia, “Fada Palavrinha”, a “Escola adota um Monumento”, Caipira, entre outros.

(Sr)

PT/AMEVR/CME/Q/F

Título

Ação social

Data de produção

1984-2015

Dimensão

303 Cxs.

2 Pts.

1 Brochura

Âmbito e conteúdo

Informação relacionada com diferentes apoios disponibilizados pela Câmara eborense a diversos tipos de carenciados.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/F/01

Título

Idosos

Data de produção

1995-2012

Dimensão

10 Cxs.

Âmbito e conteúdo

Esta subsérie documental é formada por documentação referente ao apoio que a autarquia concede à Terceira Idade em termos de lares, Centros de Dia, visitas, etc.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/F/02

Título

Apoios Económicos

Data de produção

1984-2015

Dimensão

210 Cxs.

1 Pts.

1 brochura

Âmbito e conteúdo

Esta subsérie documental é formada por documentação relacionada com alguns apoios disponibilizados pela edilidade a diferentes agentes, entre eles o Cartão Social do idoso.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/F/03

Título

Sindicalismo

Data de produção

1994-2001

Dimensão

2 Cxs.

Âmbito e conteúdo

Esta subsérie documental é formada por informação relacionada com o Sindicato dos Professores.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/F/04

Título

Saúde

Data de produção

2000-2008

Dimensão

5 Cxs.

1 Pt.

Âmbito e conteúdo

Esta subsérie documental é formada por informação sobre Jornadas, Seminários, Campanhas, pedidos de apoio de transporte para eventos, etc.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/F/05

Título

Toxicodependência

Data de produção

2003

Dimensão

1 Cx.

Âmbito e conteúdo

Subsérie documental formada por documentação que diz respeito ao apoio disponibilizado a Associações de Toxicodependência do Concelho.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/F/06

Título

Reinserção Social

Data de produção

2003-2006

Dimensão

2 Cxs.

Âmbito e conteúdo

Subsérie documental formada por apoio dispensado a pessoas que se encontram em fase de integração na sociedade.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/F/07

Título

Voluntariado

Data de produção

2005-2009

Dimensão

11 Cxs.

Âmbito e conteúdo

Esta subsérie documental é formada por documentação trocada com escolas para promoção de ações de voluntariado, essencialmente nas cantinas das escolas.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/F/08

Título

Agentes Sociais

Data de produção

1986-2012

Dimensão

32 Cxs.

Âmbito e conteúdo

Esta subsérie documental é formada por informação trocada com diversas associações de idosos, moradores, etc..

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/F/09

Título

Menores

Data de produção

2002-2007

Dimensão

9 Cxs.

Âmbito e conteúdo

Esta subsérie documental é formada por troca de correspondência com Instituições de apoio a crianças e jovens em risco.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/F/10

Título

Habitação

Data de produção

2001-2002

Dimensão

1 Cx.

Âmbito e conteúdo

Documentação criada via disponibilização de habitação.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/F/11

Título

Freguesias

Data de produção

1996-2007

Dimensão

9 Cxs.

Âmbito e conteúdo

Informação trocada com as freguesias referentes a solicitação de apoio logístico.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/F/12

Título

Deficiência

Data de produção

1991-2008

Dimensão

11 Cxs.

Âmbito e conteúdo

Informação sobre Instituições de apoio à deficiência.

(Sr)

PT/AMEVR/CME/Q/G

Título

Atividades Culturais e Recreativas

Data de produção

1978-2008

Dimensão

64 Cxs.

12 Pts.

Âmbito e conteúdo

Documentação trocada com Instituições de cariz cultural e recreativo.

(Sr)

PT/AMEVR/CME/Q/H

Título

Redes sociais

Data de produção

2000-2008

Dimensão

20 Cxs.

Âmbito e conteúdo

Esta série documental é formada por documentação relacionada com o Conselho Local de Ação Social de Évora. Entre ela encontram-se as fichas de identificação de entidades pertencentes ao PDS -Plano de Desenvolvimento Social.

(Sr)

PT/AMEVR/CME/Q/I

Título

Ensino Pré-Escolar

Data de produção

1987-2014

Dimensão

95 Cxs.

1 Pt.

Âmbito e conteúdo

Esta série documental é formada por documentação relacionada com o ensino pré-escolar.

(Sr)

PT/AMEVR/CME/Q/J

Título

Ensino Básico e Secundário

Data de produção

1828-2015

Dimensão

10 lvs.

433 Cxs.

18 Pts.

Âmbito e conteúdo

Esta série documental é formada por informação relacionada com assuntos de alunos, professores, exames, bolsas de estudo, cantinas escolares, etc.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/J/001

Título

Alunos

Data de produção

1828-1867

Dimensão

2 lvs.

Âmbito e conteúdo

Esta subérie documental é formada por livros de registo de alunos em diferentes escolas primárias do Concelho.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/J/002

Título

Professorado

Data de produção

1841-1929

Dimensão

5 lvs.

Âmbito e conteúdo

Esta subsérie documental é formada por livros de registo de professores em diferentes escolas primárias do Concelho.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/J/003

Título

Exames

Data de produção

1882-1885

Dimensão

2 lvs.

Âmbito e conteúdo

Esta subsérie documental é formada por livros de registo de exames de alunos.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/J/004

Título

Bolsas de Estudo

Data de produção

1981-2005

Dimensão

15 Cxs.

2 Pts.

Âmbito e conteúdo

Esta subsérie documental é formada por documentação para avaliação de atribuição de subsídios a alunos do ensino superior.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/J/005

Título

Cantinas Escolares

Data de produção

1954-2015

Dimensão

281 Cxs.

1 Pt.

Âmbito e conteúdo

Subsérie documental formada por documentação comprovativa de funcionamento das cantinas escolares.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/J/006

Título

Agrupamentos

Data de produção

1999-2009

Dimensão

79 Cxs.

3 Pts.

Âmbito e conteúdo

Subsérie documental formada por documentação relacionada com as diversas escolas do concelho.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/J/007

Título

Conservação e Fiscalização de Escolas

Data de produção

1947-2014

Dimensão

50 Cxs.

12 Pts.

Âmbito e conteúdo

Esta subsérie documental é formada por documentação sobre a realização de obras levadas a efeito em edifícios escolares Municipais.

(Ssr)

PT/AMEVR/CME/Q/J/008

Título

Desporto Escolar

Data de produção

1989-2009

Dimensão

1 Lv.

8 Cxs.

Âmbito e conteúdo

Esta subsérie documental é formada por informação relacionada com atividades desportivas realizadas nas escolas.

(Sr)

PT/AMEVR/CME/Q/L

Título

Ensino Superior

Data de produção

1997-2005

Dimensão

2 Cxs.

Âmbito e conteúdo

Esta série documental é formada por troca de correspondência com a Universidade.

(Sr)

PT/AMEVR/CME/Q/M

Título

Ensino Profissional e artístico

Data de produção

1999-2009

Dimensão

6 Cxs.

Âmbito e conteúdo

Esta série documental é formada por correspondência trocada com Instituições de ensino profissional e artístico.

(Sr)

PT/AMEVR/CME/Q/N

Título

Associações

Data de produção

1986-2015

Dimensão

7 Cxs.

Âmbito e conteúdo

Esta série documental é formada por documentação relacionada com apoios económicos estabelecidos com diferentes associações.

(Sr)

PT/AMEVR/CME/Q/O

Título

Comissão Municipal de Juventude

Data de produção

1987-1996

Dimensão

17 Cxs.

7 Pts.

Âmbito e conteúdo

Esta série documental é formada por documentação catalogada como recebida e expedida da Comissão Municipal de Juventude.

(Sr)

PT/AMEVR/CME/Q/P

Título

Solidariedade

Data de produção

1991-1995

Dimensão

8 Cxs.

9 Pts.

4 Brochuras

Âmbito e conteúdo

Esta série documental é formada por documentação trocada com diferentes agentes para promoção ou divulgação de atos de solidariedade.

1.4 – CONDIÇÕES DE ACESSO E UTILIZAÇÃO

- **Condições de acesso:** documentação de consulta livre para utilizadores internos, estando os utilizadores externos sujeitos a autorização prévia.
- **Condições de reprodução:** Sem restrições. Preço, conforme Tabela de Taxas do Município.
- **Características físicas e requisitos técnicos**
 - Natureza do suporte – Papel;
 - Tecnologia do suporte – Impresso e manuscrito;
 - Estado de conservação – Bom;
- **Instrumentos de pesquisa/descrição** – Inventário.

1.5 – CONTROLO DA DESCRIÇÃO

- **Nota do Arquivista:** Descrição elaborada por Maria do Rosário Silva Alves Piteira Martins, Técnico Superior e Natalina Grilo, Assistente Técnico da Câmara Municipal de Évora, a partir da consulta da própria documentação e da seguinte bibliografia:

Constituição da República de 1822, Disponível em <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/const822.html> Recuperado em 30-06-2017

Regulamento geral de Instrução Primária, 1835, Disponível em <http://193.137.22.223/fotos/editor2/1835.pdf> Recuperado em 30-06-2017

Legislação Portuguesa (20-07-1866) (321-322)

Legislação Portuguesa (02-05-1878) (53-62)

Legislação Portuguesa (11-06-1880) (94-100)

Decreto Lei nº 77 D. R. I série (8-03-1984) Disponível em <https://dre.tretas.org/dre/277/decreto-lei-77-84-de-8-de-marco> Recuperado em 30-06-2017

Lei nº 46 D. R. I Série (14-10-1986) Disponível em http://www2.ipvc.pt/sites/default/files/lei46_1986.pdf Recuperado em 30-06-2017

Aviso nº 8601D.R. II Série, Apêndice nº 130 (05-11-2004) (11-12)

Despacho nº 15818 D.R. II Série (11-12-2012) (39531-39532)

Despacho nº 9238 D.R. II Série (16-07-2014) (18386)

- **Regras ou convenções:** Direcção-Geral de Arquivos. Programa de Normalização da Descrição em Arquivo. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a descrição arquivística. [em linha]. 2ª v. Lisboa: DGARQ, 2007. [Consult. 08 Novembro, 2010]. Disponível em WWW<URL <http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/oda1-2-3.pdf> ISBN 978-972-8107-91-8.

- **Data da descrição:** Criado em junho de 2017.